

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### REQUERIMENTO Nº\_\_\_\_, DE 2024

(Da Sra. Sâmia Bomfim, Sr. Glauber Braga e Sra. Fernanda Melchionna)

Requer realização de Audiência Pública para discutir os recentes cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de Audiência Pública para discutir os recentes cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Nesse sentido, propomos convites às seguintes instituições, especialistas e entidades, cuja presença se faz necessária para uma discussão ampla e fundamentada sobre o tema:

1. **Viviane Aparecida Pereira Peres** – Diretora da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS);
2. **Karen Rodrigues Melatti** – Presidenta do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS);
3. **Aldaiza Sposati** – Assistente Social e Professora Titular Sênior da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);
4. **Lúcia Lopes** – 3º Vice-Presidenta do ANDES e Professora da Universidade de Brasília (UnB);
5. **Jucileide Nascimento** – Representante do CFESS no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

### JUSTIFICAÇÃO

O BPC/LOAS integra a proteção básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e está previsto na Constituição Federal de 1988 como direito assistencial que deve ser prestado a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivos a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (art.203º).



Por isso, foi com extrema preocupação que familiares e pessoas beneficiadas receberam a notícia dos critérios de mudanças cadastrais estipuladas pelo governo e que progressivamente representam uma mudança no critério de concessão do BPC, excluindo milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Destaca-se que os programas de transferência de renda foram duramente modificados durante o Governo Bolsonaro, a exemplo da limitação da renda per capita, critérios excludentes para concessão do BPC, implementação de medidas de tele atendimentos, bem como o retorno de um modelo de avaliação focado na medicina e excludente.

Desse modo, é de extrema relevância que a Câmara dos Deputados em conjunto com a sociedade civil organizada debata sobre as recentes medidas que impactam milhares de pessoas e estratégias para fortalecimento da Seguridade Social no país. Contamos com a aprovação deste requerimento para assegurar uma discussão aberta, democrática e construtiva sobre um tema de extrema importância para o serviço de saúde mental do país.

**SÂMIA BOMFIM**  
PSOL/SP

**GLAUBER BRAGA**  
PSOL/RJ

**FERNANDA MELCHIONNA**  
PSOL/RS

Sala da Comissão, em 8 de outubro de 2024.



\* C D 2 4 1 0 7 2 2 4 0 0 3 0 0 \*



## **Requerimento (Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Requer realização de Audiência Pública para discutir os recentes cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Assinaram eletronicamente o documento CD241072400300, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 3 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

